

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU– 2016**

2 Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2016, às 14h08min, o Comitê das Bacias
3 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) deu início à
4 2ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê Guandu, no Auditório do Pavilhão de Aulas
5 Teóricas, no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica/RJ,
6 tendo como pauta os seguintes assuntos: 1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior
7 (18/02/2016); 2. Aprovação da minuta de resolução que “Dispõe sobre o uso dos recursos
8 do Comitê Guandu para custeio do contrato de gestão da Agência Delegatária e das ações
9 do Comitê Guandu em situação extrema”; 3. Aprovação da minuta de resolução que “Altera
10 dispositivos referentes à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul
11 para a Bacia do rio Guandu”; 4. Aprovação da minuta de resolução que “Constitui a
12 Comissão Eleitoral do Comitê Guandu – CECG para o processo eleitoral do Comitê
13 Guandu, para o mandato 2017/2018.”; 5. Composição da Comissão Eleitoral do Comitê
14 Guandu – CECG; 6. Apreciação de solicitação de apoio a evento – Resolução nº 119: - III
15 Semana do Meio Ambiente (III SEMEIA) – Curso de Engenharia Agrícola - UFRRJ; 7.
16 Preenchimento do questionário de avaliação; 8. Assuntos Gerais. O Diretor Executivo,
17 Decio Tubbs (UFRRJ), deu início à reunião explicando as ausências do Diretor Geral Julio
18 Cesar Antunes (ABES) e Livia Soalheiro (SEA), presentes em Brasília para reunião com o
19 Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu. 1 –Decio Tubbs
20 (UFRRJ) solicitou a aprovação da ata. A ata foi aprovada. 2 – O Diretor Executivo passou à
21 aprovação da minuta que dispõe sobre custeio da entidade delegatária em caso de
22 situações extremas. Decio (UFRRJ) fez um resumo sobre a centralização dos recursos –
23 incluindo o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - em uma conta única do Estado do Rio
24 de Janeiro, informando que até dezembro de 2015 não houve anormalidades no
25 atendimento às demandas do Comitê Guandu. Porém, o primeiro repasse programado
26 para 2016 não aconteceu, ausência que se estende até o momento. Decio (UFRRJ)
27 relatou que a situação foi informada e confirmada ao Ministério Público do Estado do Rio
28 de Janeiro, além de ter sido debatida no âmbito do Conselho Estadual de Recursos
29 Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI-RJ). Relatou a sugestão de movimentação de recursos
30 nas contas das delegatárias em caso de carência extrema. A minuta de resolução do
31 CERHI-RJ foi aprovada e encaminhada à Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
32 para análise e elaboração de um parecer por conta do Procurador. O CERHI-RJ também
33 motivou os Comitês estaduais a elaborarem suas próprias resoluções em relação ao tema.
34 No âmbito do Comitê Guandu, a minuta de resolução foi trazida à Plenária para análise, já
35 que no caso específico do Comitê Guandu, existem recursos suficientes para manutenção
36 do contrato de gestão por um certo período e de projetos em curso. O Diretor Executivo
37 também informou que os saldos de alguns projetos seriam o objeto dessa movimentação
38 para manutenção do custeio. Decio Tubbs (UFRRJ) informou que, após correspondências
39 enviadas à presidência do INEA e à Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro,
40 foi realizada uma reunião com o MPE-RJ junto a representantes de outros Comitês de
41 Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro. O Procurador presente informou que
42 judicializar pode ser uma alternativa, mas ainda cabem estudos para determinar a quem
43 caberia essa representação. A ideia seria que os Comitês ou o Fórum Fluminense de
44 Comitês de Bacias Hidrográficas fizesse essa representação judicial. Sobre a minuta,
45 Decio Tubbs (UFRRJ) destacou que é uma situação emergencial. Nelson Reis (OMA-
46 BRASIL) solicitou informações sobre a Plenária do Comitê Guandu em relação à
47 judicialização. Decio Tubbs (UFRRJ) explicou que, regimentalmente, o Comitê é obrigado
48 a fazer isso, pois foram esgotados os procedimentos legais no CERHI-RJ. Nelson Reis

49 (OMA-BRASIL) solicitou que o posicionamento do Comitê Guandu em relação à
50 judicialização esteja registrado adequadamente. Hendrik Mansur (TNC) destacou a
51 gravidade do problema. Sugeriu a realização de uma coletiva de imprensa para que o
52 Comitê Guandu exponha a situação. Decio Tubbs (UFRRJ) comentou que isso pode ter
53 que competir na imprensa com outras demandas financeiras que o Estado precisa atender.
54 O Diretor Executivo explicou que uma sugestão seria negociar fora do percentual de
55 saneamento. José Governo (JLG Consultoria) perguntou por quanto tempo os saldos de
56 projeto poderiam custear o funcionamento do Comitê Guandu. Nathália Vilela (AGEVAP)
57 respondeu através de um breve resumo sobre a situação financeira. A gerente de recursos
58 hídricos explicou que não foi utilizado todo o valor de rendimento referente ao contrato de
59 gestão do ano de 2015, então os funcionários da AGEVAP que atendem ao Comitê
60 Guandu estão com o custeio garantido até o fim do mês de maio através deste saldo.
61 Nathália Vilela (AGEVAP) explicou que a resolução permite a manutenção da AGEVAP até
62 2017. Hendrik Mansur (TNC) pediu uma explicação detalhada da planilha. Nathália Vilela
63 (AGEVAP) explicou que o saldo existente na conta da AGEVAP é de cerca de 11 milhões
64 de reais, mas os recursos de projeto estão com o uso restrito para o projeto. Explicou que
65 a utilização de rendimentos é proibida por lei, mas a minuta de resolução em questão
66 possibilita a utilização destes rendimentos. Hendrik Mansur (TNC) perguntou se os
67 recursos para a contratação de uma nova instituição para unidade gestora do PAF estão
68 garantidos. Nathália Vilela (AGEVAP) explicou que serão remanejados recursos de outros
69 projetos para esta finalidade, mas dentro da linha de projetos de Pagamento por Serviço
70 Ambiental. Nathália Vilela (AGEVAP) lembrou que o Plano de Aplicação Plurianual do
71 Comitê Guandu também será elaborado e aprovado em julho. Nelson Reis (OMA-BRASIL)
72 perguntou como seriam utilizados os rendimentos financeiros. Nathália Vilela (AGEVAP)
73 explicou que o procedimento passa por solicitação ao INEA. João Bosco (UEZO) sugeriu
74 correção em trecho do texto da resolução. A contribuição foi aceita. A resolução foi
75 aprovada por unanimidade. 3 – Decio Tubbs (UFRRJ) fez uma contextualização sobre os
76 debates envolvendo os valores financeiros repassados ao CEIVAP. Comentou que houve
77 uma solicitação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para revisão destes valores.
78 Falou sobre a nota técnica da Agência Nacional de Águas, que colocava em xeque o
79 funcionamento do Comitê Guandu. Informou que o Diretor geral Julio Cesar Antunes
80 (ABES) e a diretora Livia Soalheiro (SEA) estão na ANA para discutir reavaliação da nota
81 técnica, considerando que o CEIVAP recebe recursos da geração de energia, além do
82 repasse de 15% da arrecadação do Comitê Guandu. Decio (UFRRJ) comentou que uma
83 sugestão foi aumentar o valor do repasse em 5%. O diretor executivo destacou que foi um
84 processo democrático e transparente, conforme discussão do assunto na Plenária do
85 Comitê Guandu, reuniões com o CEIVAP e a Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB) do
86 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Recentemente, foi aprovada deliberação no
87 CEIVAP com o aumento de 5%, totalizando 20% de repasse da arrecadação do Comitê
88 Guandu. Após contribuições, a minuta foi aprovada. 4 – Fátima Rocha (AGEVAP)
89 apresentou a minuta de resolução que dispõe sobre a formação da Comissão Eleitoral do
90 Comitê Guandu para início do processo eleitoral. Foi aberta a seleção para a CECG. Para
91 o setor de usuário, Amisterdan Ribeiro (SIMARJ); para a Sociedade Civil: Vera Agarez
92 (UVA); e para o setor de Governo, Andreia Loureiro (P.M. Queimados) e Sabino Figueiredo
93 (P.M. Rio Claro). A comissão foi aprovada. 5 – Após apreciação, a resolução que dispõe
94 sobre o processo eleitoral foi aprovada. 6 – Foi apresentada a solicitação de apoio para
95 realização de evento externo. Nathália Vilela (AGEVAP) comentou que a resolução
96 submete todas as solicitações à aprovação da Plenária. Explicou que a realidade é que o

97 Comitê Guandu não dispõe de recursos na linha 1.4.3 do PAP, que é a linha de recursos
98 pertinentes para este tipo de ação. Os recursos estão comprometidos com a participação
99 de membros em eventos externos, como o ECOB e o ENCOB deste ano. Hendrik Mansur
100 (TNC) sugeriu que seja estimulada a participação dos membros do Comitê Guandu com
101 recursos próprios em casos específicos. Décio Tubbs (UFRRJ) explicou que essa ação já é
102 praticada. João Bosco (UEZO) pediu explicações sobre os recursos. Nathália Vilela
103 (AGEVAP) resumiu que não há recursos suficientes na conta da AGEVAP para apoio.
104 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) sugeriu divulgar no site do Guandu os problemas
105 de arrecadação. Fátima Rocha (AGEVAP) explicou que é uma questão delicada e que
106 depende de posições oficiais. Após contribuições, a solicitação de apoio foi indeferida. 7 –
107 Foram divulgados os questionários para avaliação da AGEVAP. 8 – Paulo Sérgio Farias
108 (SINTSAMA) relatou a recomendação da direção do sindicato sobre o noticiário
109 relacionado à privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, e pontuou a
110 necessidade que o SINTSAMA vê em discutir o funcionamento da Companhia e seu
111 caráter público ou privado, e como isso seria inserido nas discussões da Plenária do
112 Comitê Guandu. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) relatou sua experiência no Encontro
113 Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro. Destacou a preocupação
114 com o esvaziamento do Fórum. Também relatou que foi aprovada moção para desvincular
115 os recursos financeiros da cobrança pelo uso da água da conta única do Estado do Rio de
116 Janeiro. Também relatou que foi aprovada moção para que os Comitês reúnam-se para
117 ajuizarem ação em defesa dos recursos financeiros. Relatou que existe uma ação, e que
118 os Comitês podem emitir nota para apoiar o processo que já existe. Explicou que a crise
119 administrativa do Estado foi apontada como risco para a participação dos Comitês no
120 Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Relatou que pode ser interessante
121 manter apenas um representante no FNCBH. Fátima Rocha (AGEVAP) apresentou a
122 divulgação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado. A Coordenadora
123 da UD-6 AGEVAP fez um resumo da região metropolitana e da criação da Câmara
124 Metropolitana, com destaque para os municípios da Bacia que estão inseridos na região
125 metropolitana e envolvidos nas atividades para elaboração do Plano. Informou que o
126 Comitê Guandu é representado pelo Diretor Geral, Julio Cesar Antunes (ABES). Fátima
127 (AGEVAP) explicou que no dia 31 de maio haverá reunião, e já foram comunicados os
128 membros estratégicos do Comitê Guandu, pois é importante compartilhar e integrar os
129 projetos desenvolvidos na Câmara Metropolitana e no Comitê Guandu. Nelson Reis (OMA-
130 BRASIL) informou que tem participado em encontros na Baía de Guanabara, relacionados
131 às iniciativas de despoluição da Baía. O mesmo falou sobre o convênio entre os governos
132 de Rio de Janeiro e Maryland (EUA), para desenvolvimento de projetos de despoluição.
133 Colocou-se à disposição para mediar o contato entre os interessados e os estudos
134 desenvolvidos. Nelson Reis (OMA-BRASIL) também comentou sobre os eventos como o
135 Fórum e os Encontros de Comitês de Bacia. Detalhou que não são parte integrante do
136 Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, e surgiram para compartilhamento de
137 experiências entre os Comitês. Criticou o modelo de organização e funcionamento destes
138 Encontros e como os encaminhamentos são feitos. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) relatou
139 que sua participação no FNCBH sempre foi disponibilizada para ouvir os membros e as
140 demandas da Bacia. Comentou que existe muito trabalho para melhorar a organização e a
141 dinâmica dos encontros. O Diretor Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) agradeceu a presença de
142 todos e encerrou a reunião às 15h54min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo que segue
143 assinada pelo Diretor Geral e pelo Diretor Executivo:
144

145

146

147

148 Julio Cesar Oliveira Antunes (ABES)

149 Diretor Geral

150

Decio Tubbs Filho (UFRRJ)

Diretor Executivo

150

151 **MEMBROS PRESENTES:**

152

153 **Usuários:** Abílio Souza Faia (FCC), Paulo de Tarso Pimenta (FIRJAN), Robson Santos
154 (ASDINQ); Eduardo Freire Gomes (SINDICATO RURAL DE RIO CLARO), Raquel
155 representando Marcio Dias (SFE), Pâmela Ferreira dos Reis (TKCSA), José Gomes
156 (LIGHT), Amisterdan Ribeiro (SIMARJ),

157

158 **Sociedade Civil:** João Bosco de Salles (UEZO), Decio Tubbs (UFRRJ), Franziska Huber
159 (FAETERJ-Paracambi), Vera Agarez (UVA), Nelson Reis (OMA-BRASIL), Hendrik Mansur
160 (TNC), Paulo Sergio Farias (SINTSAMA);

161

162 **Governo:** Carlos Alberto Penne Leitão (P.M. Nova Iguaçu), Elaine Gonçalves (P.M.
163 Paracambi), Gisela Torres Homem representando Livia Soalheiro (SEA), Maria Dalva
164 Ribas (FIPERJ), Ricardo Nogueira (ICMBio);

165

166

167 **MEMBROS AUSENTES:**

168

169 **Usuários:** Livia Magalhães (CEDAE), Frederico Coelho (CEDAE), Dalço Simoni (AMBEV),
170 GERDAU, Viviane Montebello (NUCLEP), Sabina Campagnani (FURNAS), Diego Ruas
171 (PETROBRAS);

172

173 **Sociedade Civil:** Fernando Ribeiro (CI-BRASIL), Vera Martins (ACAMPAR), Maurício Ruiz
174 C. Branco (ITPA), Maurício de Oliveira (SIMA), Markus Stephan (APEDEMA), ABAS, Julio
175 Cesar Antunes (ABES), Paulo Sergio Farias (SINTSAMA);

176

177 **Governo:** José Arnaldo de Oliveira (P. M. Japeri), Waldemiro Andrade (P. M. Barra do
178 Piraí), Claudio Ribeiro (P. M. Miguel Pereira), Mario Amaro (P.M. Piraí), Ademar Quintella
179 (P. M. Seropédica), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Ronaldo Sabino (P.M. Rio Claro),
180 Monique Fontes (P.M. Itaguaí), Sebastiana Cesário (INEA), Magno Roza (EMATER-RJ),
181 Felipe Brasil (CREA-RJ)

182

183 **CONVIDADOS:**

184 Jeysson Marcelino (COCA-COLA); Rafael Lima Fonseca (UFRRJ), José Luiz Governo
185 (JLG Consultoria), Manuellen Rios (FAETERJ), Marcos Mendes (FAETERJ-Pbi), Taiana de
186 Oliveira (FAETERJ-Pbi), Cristian Alves (FAETERJ), Rafael da Silva (FAETERJ-Pbi), Mario
187 Landi (CAR-GUANDU); Nathalia Vilela (AGEVAP).